

O fetiche como mercadoria: eficácia e vampirismo na era do capitalismo cognitivo

Antonio Reguete Monteiro de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0002-3707-0403>

¹ Universidade Estácio de Sá, Faculdade de Psicologia, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil.

O fetiche como mercadoria: eficácia e vampirismo na era do capitalismo cognitivo

Resumo: O presente artigo analisa o impacto das tecnologias digitais (TDs) nas relações de produção e reprodução da vida, na dimensão do capitalismo cognitivo, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Objetiva demonstrar como a apropriação capitalista transforma conhecimento, comunicação, afetos e emoções em recursos produtivos, intensificando a exploração. Utiliza-se de método exploratório, fundamentado em categorias marxianas como fetiche, subsumção real do trabalho e teoria do valor, aplicadas ao contexto das plataformas digitais e da inteligência artificial. Os resultados revelam que as TDs aprofundam o fetichismo, ao ocultarem o trabalho vivo sob a aparência de autonomia algorítmica, ao mesmo tempo em que convertem atividades cotidianas em fontes de valor não remunerado. Conclui que, embora as TDs potencializem a produtividade, sua lógica mercantilizada reforça a dominação, exigindo resistências que reivindicuem o comum digital como alternativa à apropriação privada.

Palavras-chave: Capitalismo cognitivo; tecnologias digitais (TDs); fetichismo; trabalho imaterial; exploração.

Fetishism as Commodity: efficacy and vampirism in the age of cognitive capitalism

Abstract: This article analyzes the impact of digital technologies (DTs) on the relations of production and the reproduction of life within the framework of cognitive capitalism, from the perspective of historical-dialectical materialism. It aims to demonstrate how capitalist appropriation transforms knowledge, communication, affections, and emotions into productive resources, thereby intensifying exploitation. The study employs an exploratory method based on Marxist categories such as fetishism, real subsumption of labor, and the labor theory of value, applied to the context of digital platforms and artificial intelligence. The results reveal that DTs deepen fetishism by concealing living labor beneath the appearance of algorithmic autonomy, while converting everyday activities into sources of unpaid value. It concludes that, although DTs enhance productivity, their commodified logic reinforces domination, demanding forms of resistance that reclaim the digital commons as an alternative to private appropriation.

Keywords: Cognitive capitalism; digital technologies (DTs); fetishism; immaterial labor; exploitation.

Recebido em 09.06.2025. Aprovado em 18.12.2025. Revisado em 20.03.2026.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Um novo-velho espectro ronda os corações, as mentes e as relações sociais de produção e reprodução da vida: as tecnologias digitais (TDs). Velho, pois a tecnologia é parte da ontologia do ser social e expressão do trabalho humano, o qual transformou o “macaco” em “homem” (Engels, 1990). A tecnologia é fruto ontológico da busca por suprir as necessidades de sobrevivência, bem como da constante modernização dos meios de produção. Neste sentido, afirma Pinto (2005, p. 33) que “a tecnologia é a forma especificamente humana de realizar a mediação entre o homem e a natureza, e, como tal é fenômeno social”. Evidencia-se, deste modo, que a tecnologia não é uma aplicação neutra do conhecimento objetivado. Antes de tudo, trata-se de um fenômeno social intrinsecamente ligado ao contexto histórico, político e econômico de cada sociedade e época, pois tecnologia “é a inteligência posta na ação transformadora” (Pinto, 2005, p. 51), “a consciência do fazer”.

Trata-se de um novo espectro, pois o funcionamento das tecnologias digitais, não compreendido pela maioria das pessoas, confere à maquinaria um sentido mágico, fantasmagórico, quase teológico, a ficção científica realizada. Opera em dimensões quânticas, altera a relação espaço-tempo e interfere nas subjetividades, nos modos de cognição, nas relações sociais de produção, nas relações afetivas e sexuais, uma vez que nas TDs se encontram características até então inexistentes nos artefatos da maquinaria em sua relação com os seres humanos, quais sejam: a hiperconectividade, a hipertextualidade, a hipermobilidade e a ubiquidade.

O artigo aqui pronunciado é resultado de um experimento mental, fruto de pesquisas e do acúmulo de estudos em cibercultura desenvolvidos desde 2017, quando se iniciou a pesquisa “O eu e outro nas redes sociais: alteridades e intolerâncias”, na Universidade Grande Rio (UNIGRANRIO), com financiamento do CNPq, na qual foram discutidas as relações sociais mediadas por telas e algoritmos. Essas questões foram aprofundadas nos estudos sobre a teoria do valor em Marx, realizados a partir da participação na atividade de extensão “Fundamentos da Crítica da Economia Política (1857-1858) de Marx: Grundrisse”, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, no primeiro semestre de 2025, bem como na coordenação do projeto de extensão “Redes sociodigitais, subjetividade e o trabalho profissional do Psicólogo”, desenvolvido na Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá, em Duque de Caxias. Portanto, o presente artigo resulta deste acúmulo de produção que visa, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, contribuir na compreensão do modo como as TDs modificaram as relações sociais de produção e reprodução da vida.

O método utilizado foi um estudo exploratório, fundamentado nas categorias de fetiche e a teoria do valor, na perspectiva marxiana, aplicadas ao modo de funcionamento do capitalismo cognitivo, o qual pode ser definido como aquele que gera valor e mais-valor através da atenção e dos dados (Vercellone, 2006, 2024). Parte-se, assim, da “discussão e do desenvolvimento da própria produção” (Marx, 2011, p. 73). Nesta nova metamorfose do capitalismo, a produção imaterial — criatividade, linguagem, comportamentos, afetos — torna-se central na geração de valor, por meio de um modelo de apropriação de patentes e direitos autorais, da precarização e plataformação do trabalho, bem como na extração de valor a partir da inteligência coletiva e do tempo livre, como redes sociais, e no uso de dados pessoais. Neste contexto, exploração, concentração e acúmulo ocorrem pela extração e controle dos fluxos de dados, pelo gerenciamento algorítmico do trabalho e pela apropriação privada do comum. Se na fábrica o capital controlava o corpo, no ambiente digital controla dados obtidos pela atenção e vigilância. A “maquinaria” agora é o *software*, e o “proletário” é aquele que alimenta seus bancos de dados com trabalho precarizado e com o tempo de atenção dispensado na rede.

Para dimensionar esse novo modo de produzir valor, as chamadas *Big Techs* ou *Big Five*, conhecidas pela sigla GAFAM — Google, Apple, Facebook (atual Meta), Amazon e Microsoft —, registraram, no exercício de 2023, um faturamento superior a US\$1,79 trilhão (Alphabet, 2025; Amazon, 2025; Apple, 2025; Meta, 2025; Microsoft, 2024). A receita conjunta da GAFAM é superior ao PIB de qualquer país da América Latina, com exceção do Brasil e do México, que representam, respectivamente, cerca de 77 % e 98%, respectivamente. Em relação à Europa, a receita agregada das Big Five equivale a quase a totalidade do PIB espanhol, supera mais da metade do produto interno francês e é maior do que o de países como Portugal, Finlândia, Grécia, entre outros (International Monetary Fund, 2025). Estes dados demonstram que a concentração de valor em poucos polos corporativos transnacionais reduz a autonomia econômica de Estados.

Por estes vieses, discute-se a historicidade presente na teoria do valor, denunciando o que o próprio Marx prenunciava: o acúmulo de conhecimento e o domínio da natureza pelas ciências introduziriam mudanças nos

meios de produção, capazes de alterar profundamente a relação com a força de trabalho, modificando a relação entre tempo de trabalho e produção de valor, interferindo em todas as dimensões da vida.

O conhecimento objetivado no poder da eficácia

O capitalismo é fruto direto do desenvolvimento científico-tecnológico. Não por acaso, foi também no final do século XVIII e durante o XIX que, concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo — cuja Revolução Industrial representou a revolução das máquinas —, ocorreu um incremento tecnológico e científico com o qual a humanidade jamais tinha se deparado até então. Essa época viu desde a criação de uma vasta maquinaria voltada à produção industrial e transporte, como o transporte a vapor, passando pelas telecomunicações, como o telégrafo, pela invenção do microscópio, que revolucionou a medicina e a biologia, pelos diversos autômatos, “bonecos” capazes de escrever, tocar piano e jogar xadrez, até a máquina diferencial de Charles Babbage, capaz de realizar cálculos matemáticos, a qual pode ser considerada a primeira máquina de Inteligência Artificial (IA), uma vez que por meio de engrenagens mecânicas reproduzia aspectos da cognição humana.

Todas essas tecnologias são frutos do acúmulo histórico de conhecimento do “cérebro social”, expressão utilizada por Marx (2011) para se referir ao conhecimento coletivo produzido socialmente, o qual absorve o trabalho humano e o transforma em um apêndice subordinado à lógica da maquinaria, retirando-lhe a centralidade do processo de produção. Neste contexto, não é o conhecimento histórico objetivado na máquina que fornece o resultado preciso da equação, mas a própria calculadora, enquanto dispositivo técnico que executa automaticamente a operação. Tal como afirma Marx (2011, p. 586):

A natureza não constrói máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafos, máquinas de fiar automáticas etc. Esses são produtos da indústria humana: material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou da participação humana na natureza. São órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana: o poder do conhecimento objetivado.

Do mesmo modo, quem se movimenta pela força autônoma das engrenagens são os autômatos, ocultando todo o processo histórico incorporado naquele “boneco”, de forma análoga ao que ocorre quando, em segundos, quem fornece o resultado é o Google ou o GPT, e não o conhecimento humano acumulado e objetivado em seus bancos de dados.

Em todos esses casos, o trabalho humano encontra-se oculto nas máquinas, aparecendo apenas como apêndice e não como centralidade do processo produtivo, uma vez que foi por meio da subsunção real do trabalho que o capital revolucionou “o modo de produção, criando um sistema específico – a produção maquinizada” (Marx, 2017a, p. 468). “Sistema este onde o produto do trabalho aparece como resultado do sistema maquinico e não do trabalho vivo. A maquinaria, como capital fixo, parece ter valor próprio – eis o ápice do fetichismo” (Marx, 2017a, p. 508–510). Na maquinaria encontra-se o trabalho morto que suga o trabalho vivo como um vampiro, na expressão de Marx (2011). E, portanto, somente sobrevive sugando o trabalho vivo, o qual fica ocultado pelo fetiche da mercadoria. Daí a importância de compreender a categoria de fetiche para lançar luz sobre a produção de valor no capitalismo cognitivo.

A lógica do sistema capitalista, desvendada por Marx, demonstra que o desenvolvimento das forças produtivas tem, no aumento do investimento no capital fixo, uma constante histórica, cujo objetivo é tornar supérflua a habilidade do trabalhador. A contradição que se apresenta decorre do fato de que a ciência, por meio do conhecimento objetivado e acumulado historicamente pelo trabalho humano, construiu máquinas cada vez mais eficazes, cujo poder da eficácia é, exatamente, o que desqualifica o trabalhador. Deste modo, a ciência que propiciou o desenvolvimento das tecnologias digitais converte-se em força produtiva autônoma, independente das habilidades e dos saberes individuais da força de trabalho. Ao longo do tempo, esse processo introduziu modificações na lógica da equação do valor, na qual o trabalho vivo objetivado historicamente na máquina — trabalho morto — passa a assumir maior relevância do que o trabalho vivo imediato na cadeia de produção de valor e mais-valor.

A questão colocada por Marx (2011) mostra-se ainda mais atual diante do desenvolvimento das forças produtivas expressas nas TDs. O acúmulo histórico de conhecimento objetivado nas máquinas vem impondo uma forma de vida cada vez mais dependente das TDs, não como tecnologias inventadas para dominar a natureza, mas, ao contrário, como a constituição de uma nova “natureza” tecnológica, cujo objetivo é dominar

o trabalho e a produção. Neste processo, através das TDs, o capital apropria-se crescentemente do “cérebro social”, por meio dos diversos tipos de Inteligências Artificiais (IAs).

É neste sentido que “o conhecimento, a ciência e as forças produtivas sociais são apropriadas pelo capital e confrontam o trabalhador como poderes alheios” (Marx, 2011, p. 593), na medida em que “a máquina não é apenas um substituto do trabalhador, mas um meio de subjugá-lo” (Marx, 2011, p. 593). Desse modo, “a maquinaria, ao incorporar a ciência e a natureza, converte-se em rival do trabalhador, esmagando sua resistência” (Marx, 2017a, p. 512), impondo-se como um poder científico objetivado que domina o trabalho e invisibiliza o trabalhador (Marx, 2011).

Por outro lado, Marx afirma que “a máquina opera somente por meio do trabalho vivo que a incorpora. Seu movimento autônomo é uma ilusão: sem o trabalhador, ela é um cadáver inútil” (Marx, 2017a, p. 505). No entanto, o capitalismo inverte esta relação e, por meio do que Marx denominou de fetiche, faz o trabalhador parecer “um apêndice da máquina, e não ela de seu criador” (Marx, 2017a, p. 505).

É sob esta perspectiva que o atual estágio de acúmulo histórico de conhecimento do “cérebro social” trouxe-nos à Tecnologia Digital, uma nova “maquinaria” com força motriz cada vez mais autônoma, a qual modificou profundamente a dinâmica dos meios de produção, impondo uma nova metamorfose nos modos de reprodução da vida social. Tal como afirma Marx, “o meio de trabalho passa por diferentes metamorfoses, cuja última é a máquina, ou melhor, um sistema automático de maquinaria [...] posto em movimento por um autômato, força motriz que se move por si mesma” (Marx, 2011, p. 692). Desse modo, a aplicação consciente da ciência determina a substituição de força humana pela eficácia das máquinas, que parecem forças “naturais” do desenvolvimento social.

A maquinaria não apenas aumenta a produtividade, mas também intensifica a exploração do trabalho, substituindo trabalho vivo (capital variável) por trabalho morto (capital constante), gerando desemprego e precarização. Isto ocorre por que a necessidade do desenvolvimento tecnológico é intrínseca à racionalidade capitalista, orientada pelos imperativos da acumulação, eficiência e controle. Nesta perspectiva, interessa aqui pensar como a maquinaria interfere no tempo de trabalho socialmente necessário para que se dê o processo de produção, circulação e consumo, uma vez que “o desenvolvimento da maquinaria permite que o capital absorva menos trabalho vivo em relação ao trabalho objetivado (capital constante), aumentando a produtividade, mas também reduzindo a base mesma da criação de valor — o trabalho humano” (Marx, 2011, p. 590).

A contradição apontada por Marx, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e à relação com o trabalho, não pôde levar em conta as características da criação de valor do capitalismo cognitivo. Nesse contexto, a absorção de menor quantidade de trabalho vivo aumenta, paradoxalmente, a base da criação de valor, na medida em que o trabalho morto, materializado nas TDs, consome, ininterruptamente, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trabalho vivo, sem parecer que se está trabalhando (Souza, 2023).

No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o tempo de trabalho imediato socialmente necessário deixa de ocupar a posição preponderante da equação do valor. Neste sentido, Marx (2011, p. 587) afirma: “logo que o trabalho, na sua forma imediata, deixa de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa, portanto, de ser a medida do valor de uso”. Tal dinâmica manifesta-se de modo evidente no capitalismo cognitivo, no qual o valor de uso não é mais mensurado pelo valor de troca, e o tempo de trabalho imediato (trabalho vivo – capital variável) torna-se menos relevante que o trabalho subsumido no consumo ou no conhecimento objetivado na máquina (trabalho morto – capital constante).

No capitalismo cognitivo, essa contradição assume um caráter explosivo, pois “o valor de uso, embora essencial, é funcionalizado pela lógica do capital. Seu conteúdo concreto pouco importa — o que importa é sua capacidade de realizar valor de troca” (Rosdolsky, 2001, p. 92). O valor de uso não desaparece, ao contrário, é subordinado, manipulado, e, no capitalismo cognitivo, aparece com uma centralidade ambígua. Ele atua simultaneamente como motor da produção de valor — uma vez que é preciso ser útil para atrair atenção, dados e engajamento — e como o obstáculo ao processo de criação de valor, pois é tendencialmente livre, compartilhável e abundante. Assim, a contradição entre abundância e escassez produz tensões radicalizadas entre valor de uso e valor de troca, especialmente quando o valor de uso é imaterial, compartilhável e coletivo. Trata-se de uma mercadoria que não se esgota no uso; ao contrário, produz mais valor à medida que é consumida e não precisa ser rara para se valorizar. Pelo contrário, sua multiplicação tende a ampliar sua utilidade, visto que o valor de uso nunca foi neutro — ele carrega implicações sociais profundas (Rosdolsky, 2001).

Neste sentido, ao refletir sobre a nova metamorfose do capitalismo — o capitalismo cognitivo —, deve-se atentar para a relação entre o tempo de trabalho vivo socialmente necessário à realização da rotação do

capital e o acúmulo de conhecimento coletivo historicamente apropriado pelo capital e incorporado à eficácia das TDs, pois como afirma Marx (2011, p. 231):

Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza real torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado do que do poder dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho, e cuja poderosa eficácia, por sua vez, não guarda nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende, antes, do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. [...]. O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparada a esse novo desenvolvimento criado pela própria grande indústria.

Embora Marx afirme que a máquina em si não cria valor, uma vez que, enquanto capital fixo, apenas transfere ao produto parte do seu valor à medida em que se desgasta, enfatiza, por outro lado, que a tecnologia é um meio de extrair mais-valia relativa ao reduzir o tempo de trabalho necessário. Neste sentido, a maquinaria opera como um instrumento de controle e um fator de crise ao gerar desemprego e superprodução. Com o avanço da automação e a incorporação do conhecimento nas máquinas, Marx sugere que a lei do valor baseada no tempo de trabalho pode ser superada. Essas reflexões de Marx antecipam debates contemporâneos do capitalismo cognitivo sobre o papel da tecnologia no trabalho e na produção de valor, o que implica na necessidade de resolver a contradição demonstrada por ele, quando afirma que a base da criação de valor é o trabalho humano.

Marx (2017a, p. 129) define o valor como “trabalho humano abstrato cristalizado” e afirma que a grandeza de valor de uma mercadoria é determinada pelo “tempo de trabalho socialmente necessário” (Marx, 2017a, p. 130). Contudo, qualifica essa base como “miserável” quando comparada ao potencial produtivo liberado pelo desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, Marx reconhece que, com o avanço da grande indústria, a produção de valor passa a depender menos do trabalho imediato e mais da eficácia dos agentes tecnológicos. No entanto, o que parece invalidar a teoria do valor na verdade expõe sua contradição histórica, pois o capitalismo mantém a exploração do tempo de trabalho vivo como base da produção de valor, mesmo quando tal base se torna tecnicamente obsoleta.

Como observa Marx (2014, p. 421), “com o desenvolvimento da produção capitalista, a massa de capital constante cresce em relação ao capital variável, ou seja, cada vez mais meios de produção são mobilizados por cada trabalhador”. Assim, a chamada “base miserável” — exploração do trabalho vivo — persiste, enquanto a dinâmica da reprodução ampliada exige cada vez mais investimento em meios de produção, tornando o trabalho vivo proporcionalmente menos decisivo para a criação de riqueza do que o trabalho morto expresso no conhecimento social objetivado. Diante disso, impõe-se a seguinte questão: se a riqueza depende menos do trabalho vivo e mais da tecnologia — trabalho morto —, como o capitalismo mantém sua lógica de valorização fundada na exploração do trabalho?

A resposta imediata a esta questão encontra-se no modo de funcionamento do capitalismo cognitivo, isto é, na forma como este produz valor e mais-valor por meio da atenção e dos dados, tornando o trabalho humano cada vez mais fantasmagórico, tal qual a caracterização da categoria marxiana de fetiche, sob dois aspectos: (1) a maximização da invisibilização do trabalho humano nas TDs, principalmente nas inteligências artificiais, como, por exemplo, os “trabalhadores fantasmas” das plataformas de microtrabalho da *Amazon Mechanical Turk* (MTurk) (Souza, Escurra, Dourado, 2024); e (2) a transformação do trabalho em “não-trabalho”, como ocorre com os milhões de consumidores das redes sociodigitais que produzem conteúdo e cedem sua atenção vinte e quatro horas por dia, sete dias na semana, já que em todas as redes sociodigitais o produto (ou mercadoria) é o próprio consumidor, uma vez que a extração de valor se dá através da “captura” da atenção, conforme os modelos de negócios da economia política de dados e do espetáculo.

A transformação do trabalho em “não-trabalho”, compreendido como um quarto tipo de subsunção do trabalho, permite, no capitalismo cognitivo, que a produção de valor dependa mais da tecnologia do que do tempo de trabalho vivo imediato. Isto se dá porque na esfera do consumo, onde o valor se realiza, todos os consumidores tornam-se simultaneamente trabalhadores — ainda que não na forma clássica do trabalho assalariado —, produzindo riqueza por meio do tempo de uso das plataformas sociodigitais, dos textos e imagens postados, ou como “empreendedores” — entregadores de pessoas e coisas — nas plataformas digitais de serviços.

Desse modo, a resposta a esta questão deve estar articulada à categoria de fetiche, na medida em que o valor de troca não mais determina o valor de uso, convertendo o fetiche em mercadoria e transformando o trabalho em “não-trabalho”.

O tempo, trabalho e fetiche

No atual estágio do desenvolvimento capitalista, torna-se fundamental compreender a correlação entre os diferentes tipos de subsunção do trabalho e a categoria de fetiche — seja o fetiche da mercadoria, da máquina, ou do capital fictício portador de juros —, uma vez que essa categoria permite desvelar a inversão entre relações sociais e coisas. A subsunção real do trabalho aprofunda o fetichismo, pois quanto mais o capital domina o trabalho, mais as relações sociais aparecem como propriedades das mercadorias, das máquinas e do próprio capital. Ao estar subsumido, o trabalho torna-se abstrato e fica diluído nas coisas, e a eficácia das máquinas, como as TDs na atualidade, intensifica o fetichismo. É esse tipo de relação fetichizada que impede a percepção do trabalho concreto incorporado nas mercadorias, fazendo com que, por exemplo, não se enxergue o suor dos trabalhadores da *Foxconn* — empresa multinacional de origem taiwanesa, oficialmente conhecida como *Hon Hai Precision Industry Co. Ltd.*, uma das maiores fabricantes de componentes eletrônicos do mundo, fornecendo para Apple, Samsung, Microsoft, Sony, Dell, HP, Nintendo, entre outras, e que possui fábricas em vários países, como China, Brasil, México, Estados Unidos, Índia e Vietnã — quando se compra um iPhone, pois as relações sociais passam a ser a relação entre coisas.

O conhecimento histórico objetivado na eficácia das máquinas faz com que estas pareçam produzir valor, enquanto na verdade apenas transferem valor e, com isso, o trabalhador perde o controle sobre o processo de trabalho, tornando esta relação socialmente invisível. Marx define o fetiche como o processo pelo qual as relações sociais entre trabalhadores aparecem como relações entre coisas. Neste sentido, afirma que “a forma de mercadoria [...] converte-se em ‘forma social fantasmagórica’ das relações entre os homens. [...]. O caráter místico da mercadoria não surge, portanto, do seu valor de uso, mas sim da própria forma de mercadoria” (Marx, 2017a, p. 164–165). E nada mais fantasmagórico do que o funcionamento do algoritmo de uma IA generativa na produção de mercadorias imateriais.

A subsunção real do trabalho transformada em fetiche já estava posta nas máquinas, na mercadoria e na divisão social do trabalho desde o início do capitalismo industrial (Marx, 2017a). Em seguida, esta subsunção foi fetichizada pela logística dos transportes e comunicações, introduzindo na equação do valor o tempo de circulação e consumo em sua realização (Marx, 2014). Posteriormente, o fetiche encarnou-se no capital fictício portador de juros e renda (Marx, 2017b), ocultando todo o trabalho vivo necessário na produção de valor. Em todos esses casos, o que se busca esconder — ou seja, o que está fetichizado — é o modo como se extrai valor, isto é, o modo como se oculta o trabalho vivo.

Na subsunção real do trabalho, a máquina parece criar valor sozinha e o trabalhador torna-se seu apêndice (Marx, 2017a). Na circulação e consumo, o lucro parece vir da troca, não da produção, impossibilitando enxergar que o capital comercial não produz valor (Marx, 2014), enquanto nos juros e rendas o dinheiro parece gerar mais dinheiro “magicamente”, visto que o capital a juros é puro fetiche (Marx, 2017a). No atual estágio do desenvolvimento capitalista, em sua metamorfose para o capitalismo cognitivo, o fetiche que oculta as relações de trabalho diz respeito ao fato de fazer trabalho parecer “não-trabalho”, ao mesmo tempo em que reduz a quase zero o tempo entre produção, circulação e consumo. “Marx já vislumbrava que este seria o objetivo constante do capitalismo: a busca por zerar o tempo entre produção e consumo” (Souza, 2023, p. 282–283).

No capitalismo cognitivo, todos os consumidores também são produtores, pois a produção de dados através da atenção e vigilância, bem como a própria produção de conteúdo de milhões de consumidores ininterruptamente, tornou-se a maior força de trabalho jamais vista, uma vez que produz valor por meio do trabalho vivo, sem parecer que se está trabalhando.

Evidencia-se, assim, um tipo de fetiche para além da máquina como produto humano, para além do fetiche da mercadoria ou do capital portador de juros, configurando um fetiche do próprio fetiche, no qual a mercadoria é o próprio fetiche. O que é monetizado — o que produz o lucro de milhões de dólares para as *Big Techs* — é a atenção, o tempo livre “navegando”, os comportamentos expressos em *likes* ou *dislikes*, bem como as milhões de postagens, nos quais o valor de troca — e não o valor de uso — encobre a exploração do trabalho.

Esta invisibilidade do trabalho, ou mesmo o debate acerca de se estar ou não trabalhando quando se depende atenção nas redes sociodigitais, evidencia o fetiche enquanto sintoma, exatamente pelo fato de que, nesse caso, a subsunção real torna o trabalho tão abstrato que ele desaparece da equação do valor. A maquinaria já não aparece apenas como fantasma, mas como epifania. O fetichismo torna-se total, o capital converte-se em um “sujeito automático” (Marx, 2017a, p. 525), no qual a máquina, produto do trabalho humano, é fetichizada ao parecer comandar o trabalhador, ocultando que é fruto de relações sociais. Conforme afirma Marx (2017a, p. 539), “a maquinaria não age apenas como um competidor sempre invencível do trabalhador, destinado a torná-lo supérfluo. Ela é um poder hostil a ele, que o capitalista utiliza para esmagar sua resistência”. Desse modo, chega-se a uma subordinação quase total do trabalhador às tecnologias, uma vez que “na maquinaria, o conhecimento aparece como alheio ao trabalhador; ele se confronta com ele como capital, como poder que o domina” (Marx, 2017a, p. 509).

A contradição apontada por Marx, segundo a qual o desenvolvimento tecnológico e o aumento do capital constante na produção tenderiam a provocar a queda da taxa de lucro, não pode ser aplicada quando se trata de dados, pois estes dependem da atenção e vigilância como forma de produzir valor. Nesse caso, tem-se uma mercadoria que se valoriza pela abundância, cujo valor de troca encontra-se amplamente dissociado do valor de uso, uma vez que o valor de uso diz respeito a dimensões subjetivas da existência, não vinculado a uma necessidade objetiva, mas a necessidades subjetivas de uma mercadoria imaterial que modifica comportamentos, influenciando diretamente na sociabilidade, em afetos e emoções.

O fetiche no capitalismo cognitivo continua sendo o da subsunção real do trabalho, no qual a tecnologia parece criar valor por si mesma. No entanto, a isto deve ser acrescido o fato de que todos trabalham sem que o trabalho apareça como tal. Esta nova forma de subsunção real do trabalho — fazer o trabalho parecer “não-trabalho” —, expressa-se, entre outros aspectos, no modo como trabalhadores de plataformas digitais (Uber, Ifood, Mercado Livre, entre outros) são levados a se perceberem como empreendedores; ou quando trabalhadores do mercado, de empresas e da indústria são denominados colaboradores; ou ainda, no campo educacional, as técnicas de sala de aula invertida, onde a autonomia da aprendizagem se volta contra os processos educacionais movidos pela troca e pelo diálogo. Nesses casos o “aprender a aprender” assume um estatuto hierárquico valorativo maior do que a transmissão de conhecimento por pessoas capacitadas para tal, afetando a capacidade de pensamento crítico (Duarte, 2001). O mesmo ocorre com os *influencers* que monetizam o engajamento ao expor o seu cotidiano nas redes sociodigitais, com os mais diversos tipos de produções artísticas e acadêmicas publicadas diariamente nessas plataformas, bem como o tempo livre e a atenção de todos e todas que utilizam as redes ao postar, curtir, despendar atenção ou ser monitorados.

O fetiche no capitalismo cognitivo, embora tenha o mesmo sentido da categoria marxiana de fetiche, distingue-se significativamente do trabalho subsumido na máquina, na mercadoria ou nos juros, pois trata-se do trabalho subsumido no próprio trabalho, no qual o fetiche em si é a própria mercadoria. Fazer o trabalho parecer não-trabalho é, também, um modo de se apropriar da produção deste trabalho, tal como se dá em relação à propriedade intelectual nas plataformas sociodigitais.

É neste sentido que, na equação do valor, o trabalho vivo continua a ser a única dimensão que efetivamente produz valor. Ainda que os meios de produção dependam cada vez mais do conhecimento objetivado na máquina (trabalho morto – capital constante), o consumo — momento em que o valor se realiza — só se dá através de gente viva. A particularidade do capitalismo cognitivo reside no fato de que todo consumidor (usuário ou produtor) é também um produto, fazendo com que o círculo do capital — produção-circulação-consumo — gire de modo exponencial em tempo quase zero.

Se as pessoas forem retiradas as máquinas param. Ainda que se precise cada vez menos de pessoas para que elas funcionem, necessita-se cada vez mais de interações entre pessoas para que as redes sociodigitais sobrevivam. Neste sentido, evidencia-se que, de fato, mesmo no capitalismo cognitivo “o capital é trabalho morto que só se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo” (Marx, 2017a, p. 257).

Considerações finais

A partir da crítica da economia política, é possível analisar como a tecnologia não é neutra, mas um instrumento que reflete e reforça as relações de poder e exploração no capitalismo. A tecnologia, que se

desenvolve através do conhecimento científico, torna-se um instrumento de dominação de classe, cuja origem social — o trabalho coletivo ou o “cérebro social” — é obscurecida.

No capitalismo cognitivo, a mais-valia não vem somente do tempo não pago do trabalho vivo direto, mas também da expropriação de dados e subjetividades de consumidores que trabalham sem parecer que estão trabalhando. Por exemplo, um produtor de conteúdo no TikTok gera valor ao engajar usuários, enquanto a plataforma monetiza a atenção e padrões de comportamento, evidenciando a forma de extração de mais valor entre o trabalho vivo não pago (criatividade e atenção dos usuários) e o trabalho morto (algoritmo que transforma a atenção em capital). Assim, a subsunção real no ambiente digital traveste-se de liberdade, apagando a fronteira entre trabalho e lazer, gerando novas contradições e formas de luta, como a greve de algoritmo dos motoristas de Uber em New York, que desligaram os APPs simultaneamente para derrubar preços, ou ainda a luta por dados como bem comum, como é o caso do Creative Commons (CC).

A Uber, IFood, as IAs generativas, como ChatGPT, e as plataformas de *crowdsourcing* constituem formas atualizadas do “poder dos agentes tecnológicos” que Marx descreveu, com a diferença de que, atualmente, a exploração da cognição social (saber coletivo, redes, inovação) tornou-se a mais rentável forma de extração de valor. Assim, a mais-valia cognitiva transforma o saber, os comportamentos, as emoções e a comunicação em produto, ou seja, transforma a vida toda em trabalho, de modo que no capitalismo cognitivo a exploração é total.

A maquinaria fetichizada pelas TDs oculta o trabalho humano e “parece agir por si mesma, dotada de poder próprio, quando, na verdade é o capital que se impõe por meio dela, transformando-a em sujeito” (Marx, 2017a, p. 506). Neste sentido, cabe ressaltar que as lutas anticapitalistas na atualidade, ou as resistências contra a exploração, estão diretamente ligadas ao modo como os dados são utilizados: tornando-os um bem comum ou aprofundando sua mercantilização. Desta forma, revela-se que no capitalismo cognitivo a luta pela apropriação do comum se inscreve na contradição entre o valor de uso e o valor de troca. Esta tensão “que já era central em Marx” aprofunda-se com a privatização do comum e a “financeirização dos recursos cognitivos e relacionais” (Moulier-Boutang, 2012, p. 137).

O comum digital, enquanto resistência *hacker* nas lutas contemporâneas por acesso livre ao conhecimento — como os movimentos de cultura livre, *open source*, ciência aberta e pirataria militante, entre outros —, concentra-se na libertação do valor de uso das amarras do valor de troca. No entanto, o capital reage para reafirmar a lógica de se apropriar do valor de uso, limitando artificialmente a abundância por meio de propriedade digital e captura de um trabalho que aparenta ser “não-trabalho”.

Vale finalizar chamando a atenção para o fato de que o valor gerado por essa privatização do comum é drenado de quase todo o mundo para as empresas da GAFAM, sediadas nos EUA. Como exemplo, a América Latina consome massivamente produtos e serviços dessas empresas, mas não possui plataformas concorrentes próprias, tampouco regulações eficazes sobre dados e algoritmos, o que acentua a condição de dependência não apenas econômica, mas informacional e cognitiva. Por este viés, o desafio que se impõe diz respeito à necessidade de “pensar a tecnologia como um instrumento de libertação, e não de dependência” (Pinto, 2005, p. 145), pois sob o capitalismo a tecnologia aumenta a produtividade, mas não liberta o trabalhador.

Referências

ALPHABET, INC. Alphabet Announces Fourth Quarter and Fiscal Year 2024 Results. Mountain View: Alphabet Investor Relations, 4 fev. 2025. Disponível em: https://s206.q4cdn.com/479360582/files/doc_financials/2024/q4/2024q4-alphabet-earnings-release.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

AMAZON.COM, INC. Amazon.com announces fourth quarter results. Seattle: Amazon Investor Relations, 6 fev. 2025. Disponível em: https://s2.q4cdn.com/299287126/files/doc_financials/2024/q4/AMZN-Q4-2024-Earnings-Release.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

APPLE INC. Apple’s 2024 fiscal year results overview. Business Insider, abr. 2025. Disponível em: https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/320193/000032019325000079/aapl-20250927.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 maio 2025.

DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. Revista Brasileira de Educação, n. 18, p. 35-40, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a04>. Acesso em: 25 maio 2019.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Tradução: Nélio Schneider. 4. ed. São Paulo: Global, 1990.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. World Economic Outlook: A Critical Juncture amid Policy Shifts – April 2025. Washington, D.C.: IMF, 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2025/april/english/text.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.

META PLATFORMS, INC. Meta reports fourth quarter and full year 2024 results. Menlo Park: META, 29 jan. 2025. Disponível em: https://s21.q4cdn.com/399680738/files/doc_news/Meta-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2024-Results-2025.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

MICROSOFT CORP. Annual Report 2024. Microsoft.com, 2024. Disponível em: <https://www.microsoft.com/investor/reports/ar24/>. Acesso em: 27 maio 2025.

MOULIER-BOUTANG, Y. O capitalismo cognitivo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

PINTO, A. V. O conceito de tecnologia: volume 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SOUZA, A. R. M. de. Do manifesto hacker ao capitalismo onlife: correlações entre o fascismo subsumido e as expropriações digitais. *In: ENCONTRO DE GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS MARXISTAS*, 13., 2023, Recife. Anais [...]. Recife: UFPE, 2023. p. 255–263. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KJz80YRHwlyztCFcV1KWkppglC5Q7k-P/view>. Acesso em: 13 jan. 2026.

SOUZA, A. R. M. de; ESCURRA, M. F.; DOURADO, Z. Inteligência artificial, teoria social de Marx e o “Trabalhador Fantasma”. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 35, n. 3, p. 1-22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31423/oikos.v35i3.18984>. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/oikos/article/view/18984/11002>. Acesso em: 13 jan. 2026.

VERCELLONE, C. Conhecimento e relação capital/trabalho na dinâmica do capitalismo: a abordagem marxista da tese do capitalismo cognitivo. *Geo UERJ*, n. 44, e82992, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2024.82992>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.ufrj.br/geouerj/article/view/82992/49543>. Acesso em: 25 maio 2025.

VERCELLONE, C. Do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo: a nova grande transformação. *In: REVELLI, B. (org.). Capitalismo cognitivo: trabalho, conhecimento e finança na era da produção biopolítica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Antonio Reguete Monteiro de Souza

tonimonteiro.sesouerj@gmail.com

Psicólogo, Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social (PUC-Rio)

Coordenador da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá – UNESA – Campus Duque de Caxias, RJ.

Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Campus Duque de Caxias II

Rua Paulo Lins 17.

Duque de Caxias, RJ, Brasil.

CEP: 25071-140

Agradecimentos

Não se aplica.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O Autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento

Editores Responsáveis

Mailiz Garibotti Lusa – Editora Chefe

Betina Ahlert – Comissão Editorial